

TÂMERA PADOIN MARQUES MARIN

TÂMERA PADOIN MARQUES MARIN

Prefácio
EMERSON GARCIA

A LEI ANTICORRUPÇÃO E O ACORDO DE LENIÊNCIA

Uma análise do regime geral para a
celebração desse instrumento

FORUM

A LEI ANTICORRUPÇÃO E O ACORDO DE LENIÊNCIA

UMA ANÁLISE DO REGIME GERAL
PARA A CELEBRAÇÃO DESSE
INSTRUMENTO

Prefácio
Emerson Garcia

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO

Áreas afins

DIREITO ECONÔMICO e
DIREITO EMPRESARIAL.

Público-alvo/consumidores

Promotores de Justiça, juízes e advogados, bem como todos os operadores do Direito com interesse na temática anticorrupção.

A Lei Anticorrupção brasileira (LAC) ingressou no ordenamento jurídico cumprindo relevante papel para a responsabilização das pessoas jurídicas e disciplinando o acordo de leniência, o que simboliza novos tempos para o Direito Consensual e para o sistema de controle da corrupção. A obra em referência traz a disciplina geral do acordo de leniência e ainda aborda pontos polêmicos, dando destaque aos conflitos de atribuições e zonas de intercessão envolvendo a celebração do ajuste e os diversos órgãos ou instituições incumbidas do dever de controlar a corrupção. Estudar o tema e traçar soluções possíveis, com base nos princípios da eficiência e da segurança jurídicas, são ações imprescindíveis para o sucesso desse instrumento.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10001622

M3371 Marin, Tâmera Padoin Marques

A Lei Anticorrupção e o Acordo de Leniência: uma análise do regime geral para a celebração desse instrumento/ Tâmera Padoin Marques Marin.–
Belo Horizonte : Fórum, 2019.

201p.; 14,5cm x 21,5cm

ISBN: 978-85-450-0687-9

1. Direito Administrativo. 2. Direito Econômico. 3. Direito Empresarial.
I. Título.

CDD: 341.3

CDU: 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MARIN, Tâmera Padoin Marques. *A Lei Anticorrupção e o Acordo de Leniência: uma análise do regime geral para a celebração desse instrumento*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 201p. ISBN 978-85-450-0687-9.

TÂMERA PADOIN MARQUES MARIN

Promotora de Justiça no Ministério Público do Estado de Rondônia (MPRO). Mestre em Direito Econômico pela PUC/PR. Especialista em Ciências Criminais pela UNAMA. Especialista em Direito Público pela UNIDERP. Especialista em Corrupção: Controle e Repressão a Desvios de Recursos Públicos pela Universidade Estácio de Sá/CERS.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Emerson Garcia	13
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1	
O CONTROLE DA CORRUPÇÃO PARA A PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E PARA O ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
25	
1.1 A importância do controle da corrupção	25
1.2 A corrupção como fator de violação dos direitos humanos	32
1.3 O desenvolvimento e o exercício das capacidades segundo Amartya Sen	35
1.4 O exercício das capacidades, alguns indicadores sociais brasileiros e alguns números da corrupção no Brasil	40
1.5 A corrupção como óbice ao desenvolvimento econômico	45
CAPÍTULO 2	
CONTROLE DA CORRUPÇÃO COMO OBRIGAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	
53	
2.1 As convenções internacionais de enfrentamento da corrupção aderidas pelo Brasil	56
2.2 Os princípios orientadores sobre empresas e direitos humanos (<i>UN Guiding Principles</i>) e a interface com a corrupção. A visita da comissão ao Brasil	58
2.3 O panorama normativo brasileiro de controle da corrupção. Alguns dados do sistema de justiça nessa seara	61
CAPÍTULO 3	
OS ANTECEDENTES NORMATIVOS QUE INSPIRARAM A LEI ANTICORRUPÇÃO BRASILEIRA E OS ASPECTOS GERAIS DE RESPONSABILIZAÇÃO NA LAC	
65	
3.1 O surgimento do <i>Foreign Corrupt Practice ACT</i> – FCPA	65
3.2 A Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE	70
3.3 A Lei Anticorrupção Brasileira – LAC	75
3.4 Da responsabilidade objetiva da pessoa jurídica	86
3.5 Da responsabilidade das pessoas físicas	92
3.6 As penalidades aplicáveis às pessoas jurídicas previstas na Lei nº 12.846/13	93
CAPÍTULO 4	
O PROGRAMA DE INTEGRIDADE OU PROGRAMA DE COMPLIANCE	
99	
4.1 Por que é importante o <i>compliance</i> ?	99
4.2 O programa de <i>compliance</i> na LAC	103
CAPÍTULO 5	
A CORRUPÇÃO SOB A ÓTICA DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E O ACORDO DE LENIÊNCIA SOB A PERSPECTIVA DO DILEMA DO PRISIONEIRO	
109	
5.1 A corrupção e a análise econômica do direito	109
5.2 O acordo de leniência sob a perspectiva da teoria do “dilema do prisioneiro” da Teoria dos Jogos	113

CAPÍTULO 6	
ASPECTOS GERAIS DO ACORDO DE LENIÊNCIA.....	119
6.1 A origem do acordo de leniência	119
6.2 O acordo de leniência no Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência – SBDC.....	123
6.3 O acordo de colaboração premiada – “A leniência penal”	126
6.4 O acordo de leniência firmado pelo Banco Central – BACEN e com a Comissão de Valores Imobiliários – CVM. “A leniência financeira”	128
6.5 A disciplina do acordo de leniência na Lei Anticorrupção – LAC.....	130
6.6 O acordo de leniência como expressão do direito administrativo consensual	136
6.7 O acordo de leniência como meio para obtenção da prova	142
CAPÍTULO 7	
A DISCUSSÃO ACERCA DA LEGITIMIDADE PARA CELEBRAÇÃO DO ACORDO DE LENIÊNCIA	151
7.1 A Medida Provisória nº 703/2015. Projetos de lei em tramitação.....	154
7.2 A discussão envolvendo a atuação dos Tribunais de Contas – TC nos Acordos de Leniência	160
7.3 Acordos de Leniência firmados pelo Ministério Público Federal e o posicionamento do TCU.....	160
7.4 A discussão envolvendo a participação do Ministério Público Federal nos Acordos de Leniência e os acordos firmados no caso “lava-jato”	163
7.5 Os acordos firmados pelo Ministério Público no âmbito da Lei de Improbidade Administrativa – LIA e da Lei Anticorrupção – LAC	165
7.6 A realização de acordos de leniência pelo Ministério Público de forma independente e as divergências acerca da legitimidade para atuação isolada dos órgãos e instituições colegitimadas.....	168
7.7 Os acordos de leniência firmados com o grupo Odebrecht S.A. e o acordo de leniência com a Interpublic	172
7.8 Princípio da segurança jurídica como vetor necessário ao acordo de leniência.....	176
CONCLUSÃO	181
REFERÊNCIAS.....	187